

POLÊMICA

Escala 6 x 1 à espera de definição

Relator Omar Aziz (PSD-AM) promete agilidade, enquanto presidenciaíveis divergem

» RAPHAEL PATI

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a jornada de trabalho atual de acordo com a Convenção das Leis Trabalhistas (CLT) ganhou relatoria nesta semana no Senado Federal. O texto, que será relatado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), aliado do Palácio do Planalto, deve ser analisado nos próximos dias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Porém, nos bastidores, a expectativa é de que a definição não ocorra este ano. No

entanto, os candidatos a Presidência da República mantêm o assunto em pauta.

A coordenadora da pauta econômica do plano de governo de Flávio Bolsonaro (PL), a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques, disse que a discussão sobre o fim da escala 6x1 no Brasil seria um “debate populista e inócuo”, ao considerar a realidade das famílias. Ela sugere que o trabalhador tenha direito a escolher o modelo de jornada ideal e, por consequência, uma flexibilização nas atuais regras da CLT.

O ex-governador de Goiás e candidato ao Planalto, Ronaldo Caiado (PSD), mudou o tom sobre a proposta e disse ser a favor do fim da escala 6x1. Ele classificou a alteração como “populista” e que se tratava apenas de uma medida “ eleitoreira”.

Para o candidato Renan Santos (Missão), a medida é “uma maluquice” e que “vai ser quebradeira da economia”. “No meu governo isso vai ser enterrado”, disse. Já Romeu Zema (Novo) defende criar uma alternativa flexível à CLT, com “prevalência do negociado sobre o legislado”, de

acordo com o plano de governo do candidato.

A proposta foi aprovada ainda no final de maio na Câmara dos Deputados e altera a Constituição para reduzir a carga horária máxima para 40 horas semanais. Ela também estipula dois dias de repouso semanal remunerado sem prejuízo salarial em relação ao modelo atual. O escolhido para a relatoria no Senado é favorável ao texto, com um período de transição de 60 dias após a promulgação da PEC. O relator promete ser ágil “em se tratando de uma PEC, tem prazo para ser cumprida”.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Urgência urgentíssima

A necessidade de decisões urgentes quanto à economia a partir dos primeiros dias de 2027, envolvendo o governante e os parlamentares eleitos, e com ambos os poderes sob o controle da parte do STF que extravasou o alcance de seus atos sem amparo na Constituição, vai exigir das lideranças nacionais habilidades de mestres da magia.

O país está com níveis recordes de inadimplência entre famílias e empresas, decorrentes de passivos renegociados ao longo de anos e agravados pela inflação, juros elevados e o crescimento movido não por investimentos, mas por dívidas e transferências de renda.

Não é certo que esteja claro para a maioria que o desemprego em recorde de baixa não tem fundamento sólido, baseado no aumento da capacidade produtiva. Ela se alargou basicamente no agronegócio e na mineração, que geram pouco emprego, acessam linhas de crédito com juros subsidiados e têm carga tributária reduzida, mascarando o obsolescência da economia geral em relação à dinâmica global.

Ao mesmo tempo, a baixa compreensão sobre o pano de fundo do PIB desde a Constituição de 1988 fez o sistema de crédito operar sob condições estruturais que encarecem o financiamento e reduzem o horizonte de planejamento de empresas e bancos. Resultados...

Em junho, 51% da população adulta, 83,9 milhões de consumidores, estavam inadimplentes, segundo a Serasa. Em abril, o estoque de débitos negativos já somava R\$ 568,2 bilhões, com média próxima de R\$ 6.814 por pessoa. Também em junho, 9,1 milhões de empresas encontravam-se inadimplentes, maior marca da série histórica da Serasa. As dívidas negativadas somavam R\$ 232,9 bilhões, punindo, sobretudo, micro e pequenas empresas (8,6 milhões de CNPJs).

O comprometimento de renda com dívidas restringe o consumo, reduz a mobilidade social e limita a atividade econômica. Para empresas, a combinação de juros elevados, capital de giro caro, volatilidade cambial, passivos tributários, custos trabalhistas e burocráticos criou um ambiente de alto risco, encarecendo o crédito e limitando o investimento. O modelo atual de renegociação, pulverizada e baseada em juros compostos, prazos curtos, IOF e penalidades acumuladas, dificulta a restauração da adimplência. Enfrentar este quadro é a urgência para os eleitos em outubro.

Discursos fáceis não funcionam para a urgência que se impôs e que vai aos poucos minando a coesão social e o respeito ao Estado pela sociedade em geral, mas particularmente junto ao piso da pirâmide. É insuficiente, por exemplo, reclamar do Banco Central, que fixa a taxa de juro de curto prazo, vulgo Selic, baseada na meta em 12 meses da inflação medida pelo IPCA (3%, com teto de 4,5%).

Também é primário vociferar contra o gasto público — “gastança”, dizem —, e ignorar que a despesa reflete leis e a qualidade de sua gestão. As leis orçamentárias são aprovadas a despeito da despesa criada, e os nomeados para geri-la nem sempre têm experiência para tal. Tipo botar delegado de polícia dublê de político para cuidar da formulação e da gestão das atividades de mineração e energia.

Escolhas

Há pouca técnica e muita política nas escolhas e nas definições que moldaram a economia tal como ela se encontra. Meta do resultado orçamentário que permite exceções, por exemplo, não é meta. Assim como não é a da inflação, se parte dela derivar da liquidez criada pela execução fiscal. Aí a serventia da autonomia do BC chega a ser irrelevante, já que não lhe cabe fixar a meta de inflação, função do Conselho Monetário Nacional liderado pelo governo por meio do ministro da Fazenda.

A consequência de décadas de descaminho (vem de longe, não nasceu nos governos de FHC nem de Lula) é o que chamo de “secessão silenciosa” — a percepção de que as normas só valem para quem não dispõe de proteção política, econômica ou criminal. Quando a aplicação da lei parece desigual, a formalidade deixa de ser valor moral e passa a ser vista como ingenuidade de quem não possui meios para escapar da “opressão”.

Não há inocentes entre os responsáveis por este quadro de anomia social, tendo como uma das sequelas a polarização da política. Uma sociedade desinstitucionalizada produz três políticas ruins. A primeira é o populismo distributivo, que procura compensar a exclusão por transferências sem refazer capacidade produtiva e cidadania econômica. A segunda é o autoritarismo punitivo, que promete restaurar a ordem pela força, em regra confundindo o trabalhador informal com o criminoso profissional. E, por fim, o clientelismo territorial, no qual benefícios, licenças e acesso a bens públicos são distribuídos por mediadores políticos, religiosos ou criminosos.

As três respostas, todas visíveis no país e nos programas dos candidatos à Presidência, mantêm a relação de dependência. Nenhuma recompõe verdadeiramente o contrato social. O que fazer? Deixo uma proposta: um pacto de formalização produtiva, que não é só um programa tributário. É um plano de reintegração à cidadania. Nele, a lei será simples para quem trabalha, estimulante para quem produz e dura com quem faz da ilegalidade um modelo de negócio.

Os disparates do nosso momento estão na distância entre o que a política e o setor privado veem e fazem e o que as circunstâncias econômicas e sociais efetivamente exigem. Quando a evasão passa a ser considerada defesa legítima e o crime organizado oferece o que o poder público deixou de oferecer, o problema não é fiscal.

A política de reestruturação de dívidas das famílias não é só um instrumento econômico, portanto, mas uma política pública de saúde emocional e de estabilização social. Daí a urgência. Tanto quanto, em paralelo, demolir o que implica a permanência secular dos juros elevados, o que demanda rever o papel do Estado, a sua gestão e o que exige sua presença, eliminar duplicidades federativas, tratar como iniquidade a sem-cerimônia da burocracia, do Judiciário etc.

No fim, não se pode normalizar por longos períodos juro de curto prazo acima da taxa de crescimento nominal do PIB, nem tolerar déficit corrente permanentemente financiado por nova dívida. Mas faz sentido valorizar a dívida em apoio ao investimento produtivo. Se o governante souber disciplinar-se, sua vida será fácil. Isso implica despartidarizar e tecnicar a formulação econômica, não dar mole para os lobbies no Congresso e ser republicano com o Judiciário. É difícil, mas não é impossível.



DEBATE
CANDIDATOS AO GOVERNO
DO DISTRITO FEDERAL

Mantendo a tradição, o Correio Braziliense promove debate com os principais concorrentes ao Palácio do Buriti. Em parceria com a TV Brasília, os nomes que disputam o voto dos brasilienses vão se reunir e apresentar aos cidadãos as propostas que vão nortear os rumos dos próximos quatro anos do Distrito Federal.

1 DE SETEMBRO
A PARTIR DAS 21H



CORREIO.BRAZILIENSE

Transmissão ao vivo no
YouTube e redes sociais do
Correio Braziliense

Apoio:

FIBRA

Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

TV BRASÍLIA

Produção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO